



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE

AV. MUNHOZ DA ROCHA, 1247 - CABRAL - CURITIBA/PR - CEP 80.035-000 - TEL (041) 3250-6050 - E-MAIL:
CJU.PR@AGU.GOV.BR

NOTA n. 00003/2022/CJU-PR/CGU/AGU

NUP: 08389.001400/2021-70

INTERESSADOS: MJSP - POLÍCIA FEDERAL - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU / PR

ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO

1. Trata-se de consulta enviada por meio do OFÍCIO Nº 11/2022/CPL/SELOG/DPF/FIG/PR (24541845), com o seguinte teor:

1. O Contrato nº 03/2017-DPF/FIG/PR celebrado com a empresa EQUIPSEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada patrimonial para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Cascavel e Guaíra, vence em 28/08/2022.

2. Assim, foi iniciado o processo administrativo 08389.001400/2021-70 para nova contratação, tendo em vista a impossibilidade de prorrogação (60 meses completos).

3. Ato contínuo, a sessão foi reaberta no dia 03/08/2022 às 16h45min, e, após análise da planilha enviada pela empresa EQUIP SEG no dia anterior, foram feitos alguns questionamentos no chat, dentre eles, o transcrito abaixo:

"03/08/2022 16:47:49 - A fórmula utilizada para cálculo do valor da intrajornada não ficou clara. Por exemplo, a fórmula utilizada para o posto diurno foi a seguinte: (R\$ 2.691,00/220) x 1,5 x 0,5 x 15 = R\$ 137,61. Não foi possível compreender a que se refere o valor de 0,5 no cálculo."

(...)

7. Dessa forma, em 04/08/2022, após análise da proposta e documentos de habilitação apresentados, a proposta foi aceita e a empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA habilitada no certame.

8. Foi aberto prazo para registro de intenção de recurso administrativo, momento em que as empresas JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (24418233) e IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (24418256) manifestaram intenção por discordarem da forma como foi calculado o intervalo intrajornada na planilha de custos da empresa vencedora.

9. Em caráter de diligência, foi mantido contato com o Sindicato dos Vigilantes de Foz do Iguaçu através do e-mail sindicatofozfinanceiro@hotmail.com (24541735), que retornou com a seguinte manifestação:

"bom dia Livia esse é o calculo para achar o valor de meia hora de intrajornada 2691,00 dividido por 220 horas que é igual 12,23 por hora que da mensal 137,61 sendo que o valor correto da hora é 18,35 que o valor de 275,25 qualquer coisa estamos a disposição."

2. Diante destes fatos, o órgão consultante assim delimita sua consulta:

10. Diante do exposto, solicito parecer dessa Consultoria, a saber:

10.1. Possibilidade de aceitação da fórmula adotada pela empresa EQUIP SEG no quadro resumo do módulo 4 da planilha de custos (SEI 24376385 - documento "7. PLANILHA - ENVIO 2 - ACEITA.xls"), onde prevê o intervalo intrajornada de 30 minutos.

(...)

10.2 Havendo procedência dos recursos impetrados, pode esta Administração retornar à fase de julgamento das propostas e conceder prazo para que a empresa declarada vencedora, EQUIP SEG, reajuste o valor do intervalo intrajornada na planilha de custos, sem majorar o valor final da proposta? O edital traz:

"8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço."

"11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento."

3. É o que importa relatar.

4. Ressalte-se que a manifestação que se seguirá limitar-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, sem adentrar em questões relativas à conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar questões de natureza eminentemente técnico administrativa, econômico-financeira ou cálculos, dado o que dispõe o art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, c/c art. 11, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

5. Em primeiro plano, deve ser destacado que a Advocacia-Geral da União possui a missão constitucional de assessorar juridicamente os órgãos do Poder Executivo (art. 131, CF), mas não em questões técnicas que transbordem o direito. Somos, afinal, uma Casa de advogados.

6. Assim é que não possuímos conhecimentos técnicos aptos a responder a correção da *fórmula utilizada para cálculo do valor da intrajornada*.

7. Do ponto de vista jurídico apenas deve ser alertado que a fórmula deve seguir o que está previsto na convenção coletiva de trabalho, nos termos do quanto posto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, do extinto Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento:

10.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

(...)

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

e) Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

(...)

10.4. Fiscalização procedimental

a) Observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8. Seguindo, quanto ao segundo ponto da consulta, caso haja procedência dos recursos, pode a Administração retornar à fase de julgamento das propostas e conceder prazo para que a empresa declarada vencedora, EQUIP SEG, reajuste o valor do intervalo intrajornada na planilha de custos, sem majorar o valor final da proposta, pelas razões postas pelo consulente, ao se referir ao texto do edital:

"8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde

que não haja majoração do preço."

9. É o que poder ser dito sobre o tema.
10. Ao consulente.

Brasília, 15 de agosto de 2022.

ROGÉRIO PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO DA UNIÃO NO PARANÁ

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08389001400202170 e da chave de acesso 9a93ee0a

Documento assinado eletronicamente por ROGÉRIO PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 962333021 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ROGÉRIO PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-08-2022 17:20. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
